

DEFENDER SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

GARANTIR O ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

No ano em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) completa 35 anos da sua existência, defender esta importante conquista de Abril é um imperativo nacional. Só assim é possível garantir, no presente e no futuro, o acesso de todos os portugueses aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação,

independentemente da sua condição económica.

As extraordinárias realizações do SNS na melhoria das condições de saúde da população portuguesa são fruto da capacidade técnica, do brio e da consciência democrática dos seus profissionais e da sua identificação com os interesses do povo.

EVOLUÇÃO DOS GANHOS EM SAÚDE

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

1960 – 77,5 por mil
2012 – 3,4 por mil

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA

1970 – 67,1 anos
2011 – 79,8 anos

TUBERCULOSE/NOVOS CASOS

1960 – 194,5 por 100 mil habitantes
2011 – 22,6 por 100 mil habitantes



AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE DIREITA NA SAÚDE

Em épocas de crise e de significativa diminuição do poder de compra há uma tendência para a degradação das condições de saúde. O desemprego, a pobreza e condições de vida insalubres são, há muito, reconhecidos como factores facilitadores de algumas doenças. A crise está a potenciar uma deterioração dos níveis de saúde em Portugal.

Alguns dos principais problemas com que se debatem os portugueses no acesso aos cuidados de saúde:

- Mais de 1 milhão de portugueses não tem médico de família;
- Encerramento de dezenas de serviços de proximidade (centros e extensões de saúde; SAP e urgências hospitalares; Maternidades, entre outros);
- Cortes nos apoios ao transporte de doentes não urgentes;
- Tempos de espera para cirurgias e consultas da especialidade muito acima do estabelecido com garantia de segurança;
- Fecho e transferências de valências hospitalares que obrigam a deslocações de dezenas e até centenas de quilómetros;
- Défice de profissionais de saúde a todos os níveis, agravado com a sua desvalorização social, profissional e salarial;
- Crescentes dificuldades no acesso aos medicamentos disponibilizados pelos hospitais.

A RECLASSIFICAÇÃO DOS HOSPITAIS DO SNS

(PORTARIA 82/2014)

Desclassificação de hospitais, encerramento e concentração de valências.

Um conjunto de orientações que são parte de uma estratégia que visa desregular o Serviço Nacional de Saúde, da qual beneficiam directamente os interesses do grande capital neste sector.

A produção nos hospitais está a ser definida em função do orçamento e não o contrário.

A redução dos custos operacionais com os hospitais, em 2013, foi de 15% face a 2010.



A SAÚDE É UM DIREITO NÃO É UM NEGÓCIO

A lógica economicista da gestão da saúde que se projecta nas decisões que têm vindo a ser tomadas de encerramento de serviços de proximidade, na privatização de serviços, na promiscuidade crescente entre o público e o privado, nos compromissos com grandes grupos privados da saúde, tem tido como consequências: a transferência de parte significativa da prestação de cuidados para os grupos privados, a degradação da qualidade dos serviços prestados e o aumento dos custos para as famílias.

A pertinaz acção pela privatização do SNS, de que são exemplo: o subfinanciamento crónico ao longo dos anos (só em 2014 o corte no OE atingiu 300 milhões de euros), as PPP e a nova legislação das convenções, entre outras malfeitorias, conduziu a uma transferência significativa da prestação de cuidados para os grandes grupos privados na área da saúde.

A ofensiva privatizadora atingiu nos últimos anos uma dimensão nunca vista afectando gravemente o direito à saúde



O GRANDE CAPITAL SEMPRE OLHOU NÃO PARA A SAÚDE MAS PARA A DOENÇA COMO UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Mesmo em tempo de crise, as unidades de saúde privadas, cada vez mais concentradas nos grandes grupos privados (Mello Saúde; BES Saúde, HPP, Grupo Trofa), não param de ver crescer a sua facturação.

Em 2012 já facturaram mais de 1250 milhões de euros, um crescimento de 20% face a 2011.

DESPESA PÚBLICA A DIMINUIR DESPESA DAS FAMÍLIAS A AUMENTAR

Entre 2007 e 2012 a despesa pública com a saúde diminuiu 8,6%, enquanto a despesa das famílias aumentou 13,9%;

As famílias portuguesas gastam hoje 5,2% do seu orçamento familiar com a saúde, enquanto a média nos países da OCDE é de 3,2%.

Taxas moderadoras: moderação ou barreira no acesso aos cuidados de saúde?

Muitos dos portugueses que deixam de ir à consulta ou à urgência, fazem-no porque não têm dinheiro para pagar as taxas.

A troika quer as famílias a pagar 240 milhões de euros/ano em taxas moderadoras.

Ao contrário do que é afirmado pelos detractores do SNS, Portugal não é dos países que tem a despesa mais elevada com a saúde.

Entre os 40 países da OCDE considerados no estudo realizado em 2011, Portugal encontrava-se, relativamente à despesa total em saúde, no 22º lugar com um valor equivalente a 79% da média.

Nos últimos quatro anos, agravados com o Pacto de Agressão, o Governo PSD/CDS-PP cortou na saúde 1667 milhões de euros. Anulando o efeito do aumento dos preços, a redução é de 2398 milhões de euros.



POR UM SNS UNIVERSAL, GERAL E GRATUITO

O PCP DEFENDE:

- ▶ a gestão pública eficiente, transparente, participada e articulada entre cuidados primários e cuidados hospitalares;
- ▶ a eliminação das taxas moderadoras;
- ▶ a dotação do SNS dos recursos humanos, financeiros e logísticos necessários ao normal funcionamento dos serviços, assegurando de facto, o acesso dos utentes a cuidados de saúde de qualidade;
- ▶ o fim do modelo de gestão “Hospital Empresa” EPE.
- ▶ o fim das Parcerias Público Privadas (PPP);
- ▶ o fim de todas as formas de emprego precário, com realce para as escandalosas contratações de serviços à hora, e aplicação do vínculo público de nomeação e das Carreiras Profissionais garantas da valorização e da dignificação dos trabalhadores de saúde e da qualidade do SNS;
- ▶ o reforço no investimento nos Cuidados Primários de Saúde, com o objectivo de dotar todos os utentes do seu médico e enfermeiro de família;
- ▶ a criação do laboratório nacional do medicamento, com a finalidade de dotar o País de uma produção pública de medicamentos genéricos e incentivar a indústria nacional à sua produção;
- ▶ a garantia do transporte gratuito de doentes não urgentes, como instrumento de acesso aos cuidados de saúde;
- ▶ a revogação da Portaria 82/2014 e a realização de uma verdadeira reorganização hospitalar que vá ao encontro das necessidades dos utentes.

A LUTA É O CAMINHO!